



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DIGITAIS

DESPACHO

Processo nº 21000.028664/2023-16

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

Senhor Subsecretário,

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa Dytz (51731488), no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, na qual se questionam, em síntese, as exigências relativas à comprovação de capacidade técnica vinculada à manutenção de certificação ABNT NBR 15247 e à apresentação de relatório de teste de estanqueidade emitido por organismo certificador, sob alegação de restrição à competitividade e afronta à Lei nº 14.133/2021.

A impugnação é tempestiva e deve ser conhecida. Passa-se à análise de mérito.

1. Questionamento 1 - Manutenção da certificação ABNT NBR 15247

Esclarece-se que a expressão “manter a sala com certificação vigente” não configura exigência de certificação da licitante, tampouco condiciona a habilitação à vinculação com fabricante ou organismo certificador.

Trata-se de referência técnica às condições operacionais do ambiente, especialmente no caso da sala-cofre do MDA, devendo ser interpretada como preservação das características de segurança, estanqueidade e desempenho.

Tal entendimento está em consonância com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que permite a exigência de comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto.

Adicionalmente, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 8204/2019 – 2ª Câmara), a Administração deve evitar exigências de certificação exclusiva, o que não ocorre no presente caso.

Nesse sentido, cumpre destacar que, em resposta a questionamento anteriormente formulado por licitante, esta Administração já esclareceu que serão aceitos atestados que comprovem a execução de teste de estanqueidade conforme as normas NFPA 2001 ou ASTM E779, ainda que não haja acompanhamento ou emissão de relatório por Organismo Certificador de Produto (OCP), desde que reste devidamente comprovada a capacidade técnica da licitante para a execução do serviço, em conformidade com as exigências do edital.

Tal entendimento observa os princípios da razoabilidade, da competitividade e da economicidade, não havendo prejuízo à qualidade técnica da prestação dos serviços.

Dessa forma, a exigência deve ser interpretada de forma ampliativa e não restritiva, em consonância com o art. 42 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

2. Questionamento 2 - Emissão do relatório de teste de estanqueidade

A exigência de realização de teste de estanqueidade conforme NFPA 2001 ou ASTM E779 é tecnicamente justificada, sendo essencial para garantir a efetividade dos sistemas de combate a incêndio por gás.

Quanto à emissão do relatório, esclarece-se que a exigência visa assegurar confiabilidade técnica e rastreabilidade do ensaio, sendo admitida documentação técnica idônea emitida por entidade competente, desde que apta à realização do ensaio.

Nesse sentido, cumpre destacar que, em resposta a questionamento anteriormente formulado por licitante, esta Administração já esclareceu que serão aceitos atestados que comprovem a execução de teste de estanqueidade conforme as normas NFPA 2001 ou ASTM E779, ainda que não haja acompanhamento ou emissão de relatório por Organismo Certificador de Produto (OCP), desde que reste devidamente comprovada a capacidade técnica da licitante para a execução do serviço, em conformidade com as exigências do edital.

Tal entendimento observa os princípios da razoabilidade, da competitividade e da economicidade, não havendo prejuízo à qualidade técnica da prestação dos serviços.

Dessa forma, a exigência deve ser interpretada de forma ampliativa e não restritiva, em consonância com o art. 42 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

3. Questionamento 3 - Critérios objetivos da prova de conceito

Os critérios objetivos para avaliação da prova de conceito encontram-se estabelecidos no Termo de Referência, por meio das especificações técnicas, requisitos funcionais e parâmetros de desempenho exigidos.

Adicionalmente, o detalhamento dos procedimentos e critérios de avaliação da prova de conceito está formalmente previsto no **Anexo II - Especificação Prova de Conceito**, no qual consta, inclusive, tabela estruturada contendo: (i) o item a ser testado; (ii) a ação solicitada à licitante; e (iii) o resultado esperado, permitindo a verificação objetiva do atendimento aos requisitos definidos pela Administração.

A exigência de prova de conceito encontra respaldo nos arts. 17, §3º, e 41 da Lei nº 14.133/2021, bem como na IN SGD/ME nº 94/2022.

O Tribunal de Contas da União admite a utilização de prova de conceito como mecanismo de mitigação de riscos, desde que fundamentada e vinculada a critérios objetivos, o que se verifica no presente caso.

4. Questionamento 4 - Demonstração prática da solução

Embora o objeto da contratação seja a prestação de serviços de manutenção, estes envolvem a operação integrada de sistemas críticos, tais como:

- monitoramento ambiental;
- sistemas de CFTV;
- controle de acesso;
- infraestrutura de suporte.

A prova de conceito visa demonstrar a capacidade da licitante em operar, integrar e manter esses sistemas de forma adequada, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços.

Não se trata de demonstração de solução nova, mas de validação da capacidade operacional.

5. Questionamento 5 - Localização dos critérios da prova de conceito

Os critérios e parâmetros para realização da prova de conceito encontram-se descritos no Termo de Referência, integrados às especificações técnicas do objeto.

O detalhamento dos procedimentos e critérios de avaliação da prova de conceito está formalmente previsto no **Anexo II - Especificação Prova de Conceito**, no qual consta, inclusive, tabela estruturada contendo: (i) o item a ser testado; (ii) a ação solicitada à licitante; e (iii) o resultado esperado, permitindo a verificação objetiva do atendimento aos requisitos definidos pela Administração.

Eventual necessidade de detalhamento adicional poderá ser sanada por meio de esclarecimentos, não configurando vício capaz de comprometer a legalidade do certame.

6. Da inexistência de restrição indevida à competitividade

Não se verifica restrição indevida à competitividade.

As exigências:

- possuem fundamento técnico;
- são compatíveis com a complexidade do objeto;
- visam garantir a adequada execução contratual.

Adicionalmente, conforme verificado na fase de Pesquisa de Preços, houve participação de múltiplos fornecedores aptos à execução do objeto.

7. Da vistoria técnica

Ressalta-se que o edital prevê a possibilidade de realização de vistoria técnica, a qual permanece disponível às licitantes interessadas.

Destaca-se que diversas empresas já realizaram vistoria nos ambientes, evidenciando a transparência do certame e a disponibilidade de informações complementares.

8. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que:

- os questionamentos foram devidamente esclarecidos;
- não há ilegalidade nas exigências editalícias;
- os requisitos encontram respaldo na Lei nº 14.133/2021;
- não há restrição indevida à competitividade.

9. Decisão

Ante o exposto, **conhece-se da impugnação, por ser tempestiva, e, no mérito, nega-se provimento**, mantendo-se integralmente as disposições do edital.

Encaminhe-se à área de licitações para ciência e divulgação aos interessados.

CLÁUDIA CERQUEIRA NEVES DE ARAUJO

Integrante Técnico

De acordo.

MARCO ANTÔNIO BITTENCOURT SUCUPIRA

Integrante Requisitante

De acordo. Encaminhe-se à Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração, com vistas à Assessoria CLIC, para as providências subsequentes.

CAMILO MUSSI

Subsecretário de Tecnologia da Informação



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO BITTENCOURT SUCUPIRA, Coordenador-Geral de Infraestrutura e Serviços Digitais**, em 08/04/2026, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA CERQUEIRA NEVES DE ARAUJO, Coordenador de Gestão de Redes, Datacenters e Computação em Cloud**, em 08/04/2026, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51734684** e o código CRC **0B992C21**.